

**PROCESSO:** 13.717/05  
**INTERESSADO:** Mineração Jundu Ltda.  
**ASSUNTO:** Licença Ambiental Prévia – LP para extração mineral de jazida de areia quartzosa  
**MUNICÍPIOS:** Analândia e Corumbataí

### 1. INTRODUÇÃO

Trata-se da Súmula do Parecer Técnico nº 131/12/IE relativo a avaliação de viabilidade ambiental da atividade de extração de areia quartzosa, pela Mineração Jundu Ltda., a ser utilizada na fabricação de vidro e como areia de fundição.

A extração de minério se dará em localidade denominada “Áreas IPT”, e consiste da implantação de 16 painéis de lavra com desmonte mecânico da areia, que somados totalizam 90,41 ha. Prevê-se a produção de 11 milhões de toneladas de minério em uma vida útil de 9 anos, sem geração significativa de estéril.

Toda infraestrutura necessária ao beneficiamento e apoio à atividade produtiva já se encontra instalada na Unidade Analândia da Mineração Jundu, a 3 km da área do empreendimento.

Para a operação da atividade será necessário um quadro de 10 funcionários, com regime de trabalho em três turnos de 8 horas operacionais da lavra.

Segundo o EIA, a geometria e localização dos painéis, assim como o método selecionado para o desmonte foram projetados de forma a não interferir diretamente em fragmentos florestais nativos, no lençol freático, em corpos d'água. Atualmente, a área é, em sua maior parte, é ocupada por cultura de eucaliptos.

### 2. COMPATIBILIDADE COM OS ASPECTOS LEGAIS

Foram apresentadas as manifestações das **Prefeituras Municipais de Corumbataí e da Estância Climática de Analândia**, demonstrando a conformidade do empreendimento com as diretrizes de uso e ocupação do solo e as declarações do **Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM**, atestando que a empresa Mineração Jundu Ltda. é titular dos Processos DNPM nºs 821.212/00, 821.613/00, 821.614/00, 821.615/00, 821.616/00 e 820.232/86 e que os respectivos Planos de Aproveitamento Econômico estão em condições de aprovação.

### 3. COMPATIBILIDADE COM ÁREAS PROTEGIDAS

Por estar inserido no perímetro da Área de Proteção Ambiental Piracicaba Juqueri-Mirim – Área I, o projeto foi submetido à apreciação da Fundação Florestal - Conselho Gestor da APA, que em seu Parecer Técnico nº 01/10, condicionou a exploração dos painéis nºs 4 e 9 – localizados no sopé da Serra do Atalaia, à sua readequação, objeto de discussão, com o Conselho, para a obtenção da Licença de Instalação - LI.

### 4. PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

#### • Alteração na Disponibilidade Hídrica Local

A fim de avaliar a interferência do empreendimento no aquífero Guarani, foi realizada uma modelagem numérica para simular o fluxo da água subterrânea da área. Com exceção do painel nº4, não deverá haver alteração na potenciometria local. Para a obtenção da LI, foi solicitada a apresentação de um **Programa de Controle de Alteração da Disponibilidade Hídrica Local**.

#### • Indução a Processos de Dinâmica Superficial

A intensificação dos processos erosivos, e consequente assoreamento dos corpos d'água, pode decorrer da movimentação de massas, inerente à atividade minerária. Visando gerenciar tais impactos, foi proposta, pelo empreendedor, a implementação de um **Programa de Controle e Monitoramento de Processos Erosivos e Assoreamento de Corpos d'Água**. Foi solicitado para a LI, detalhamento do Programa, que deverá conter um Subprograma de Estabilidade Geotécnica e, no âmbito do Plano de Gestão Ambiental, proposta de um Manual de Boas Práticas Ambientais.

#### • Alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas

Tal impacto é decorrente do carreamento de partículas finas e sedimentos e eventuais vazamentos provenientes de abastecimento e operação/manutenção inadequada de máquinas e equipamentos. Para controlá-lo foi proposto um **Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais**, o qual deverá ser detalhado para a LI.

- **Supressão de Vegetação**

Está prevista a supressão de 0,74 ha de vegetação nativa, sendo 0,58 ha de Cerradão em estágio inicial de regeneração e 0,16 ha de área composta apenas por angico do cerrado. O corte deverá ser tratado em um **Programa de Supressão de Vegetação** que incluirá, ainda, a supressão de indivíduos arbóreos nativos isolados que ocorrem entre os eucaliptos.

Como forma de compensação a esta supressão, e em atendimento às Resoluções SMA 130/10 e SMA 86/09, deverá ser apresentado o **Programa de Revegetação Florestal** contemplando a revegetação com espécies nativas do Cerrado em área de 70,93 ha. A revegetação compensatória deverá ser monitorada por meio da apresentação de relatórios no âmbito de um **Programa de Monitoramento da Revegetação**.

Como parte do Programa de Revegetação Florestal será implementado o **Subprograma de Recuperação de áreas de Preservação Permanente**, voltado a 8,43 ha da APP de curso d'água no interior das poligonais e 0,27 ha de nascente na adjacência de uma poligonal.

Foi proposto ainda, pelo interessado, um **Programa de Incentivo à Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Regularização da Reserva Legal** incentivando a regularização das propriedades onde está inserido o empreendimento e entorno, que pertencem a terceiros.

- **Impactos sobre a fauna**

Visando mitigar e monitorar a interferência com a fauna terrestre, será implementado, como parte do Programa de Supressão de Vegetação, o **Subprograma de Salvamento da Fauna**, a ser realizado em momento anterior à supressão de vegetação e um **Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna**, (incluindo ações voltadas à ictiofauna).

- **Degradação da Paisagem**

Como forma de mitigar a alteração na paisagem rural a ser substituída pela mineração, será implantada cortina vegetal composta por eucaliptos e espécies nativas no entorno dos painéis de lavra. A implantação e estabelecimento da cortina serão tratados no **Projeto de Cortina Arbórea**.

- **Interferências no sistema viário**

Está prevista a intensificação da circulação de veículos pesados transportando a produção mineral (144 viagens/dia), por um trecho de 3 km em uma via municipal. A fim de mitigar os impactos do aumento da quantidade de acidentes, deterioração da via e atropelamento de fauna, foi proposta implementação de um **Programa de Conservação e Controle de Vias** e a celebração de compromisso de manutenção da via com as prefeituras de Analândia e Corumbataí.

- **Desconforto Ambiental**

A fim de mitigar os impactos decorrentes da emissão de particulados e gases de combustão, além dos ruídos, associados às operações do empreendimento e movimentação de veículos em vias não pavimentadas, foi solicitada, para próxima fase do licenciamento, a apresentação de um **Programa de Comunicação Social**, e no âmbito do Plano de Gestão Ambiental, um **Subprograma de Controle dos Níveis de Ruído**, além do detalhamento do **Subprograma de Controle da Poluição do Ar**, proposto no EIA.

- **Interferência em Sítio Arqueológico**

O diagnóstico arqueológico realizado na área e apresentado ao IPHAN constatou a inexistência de quaisquer vestígios ou indícios associados a elementos materiais de ocupações pretéritas e definidos por sítios arqueológicos, com isso o IPHAN emitiu o Parecer Técnico 248/10, favorável à implantação do empreendimento, ressaltando que os trabalhos de implantação do empreendimento deverão ser acompanhados por um arqueólogo.

## 5. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A proposta de compensação ambiental do EIA deverá ser analisada pela Câmara de Compensação Ambiental da SMA. Para emissão da LI, deverá ser apresentado o comprovante bancário e o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, que estabelecerá os critérios para a aplicação da verba compensatória para atendimento à Lei Federal nº. 9985/00 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4.340/02 e alterada pelo Decreto Federal 6.848/09.

## SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 131/12/IE

### COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP  
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7  
Site: [www.cetesb.sp.gov.br](http://www.cetesb.sp.gov.br)

---

#### 6. CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico nº 131/12/IE. Nestes termos, submeto ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da mineração de areia quartzosa, sob responsabilidade da Mineração Jundu S/A.

São Paulo, 09 de abril de 2012.

ORIGINAL  
DEVIDAMENTE  
ASSINADO

**Ana Cristina Pasini da Costa**  
Diretoria de Avaliação de Impactos Ambientais  
Diretora